

## A GUERRA COMO FATOR DE INDUÇÃO À URBANIZAÇÃO

### Conflitos internos e estruturação do espaço regional em Angola

<sup>1</sup> José Caléia Castro. Arquiteto e Urbanista, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba PPG/PLUR/UNIVAP, [jccaleia2@gmail.com](mailto:jccaleia2@gmail.com).

<sup>2</sup> Pedro Ribeiro Moreira Neto. Arquiteto e Urbanista, Doutor em Geografia Humana e Organização do Espaço – Paris I - e em História Social - USP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba PPG/PLUR/UNIVAP, [pedroribeiro@univap.br](mailto:pedroribeiro@univap.br).

#### Introdução

A ocupação de territórios africanos estiveram presentes na política de expansão de Portugal desde seu interesse, manifestado ainda no século XV, em estabelecer feitorias no caminho das Índias. Neste quadro, Angola se destaca por ter sido, por cerca de quinhentos anos, uma das mais prósperas colônias lusitanas. No entanto, esta situação começou a se alterar a partir de 1961 quando tomam força as guerras de libertação nacional.

Naquela época disputavam a liderança pela libertação do regime colonial três principais movimentos de resistência nacional: o Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA, a Frente Nacional de Libertação de Angola - FNLA e ainda a União Nacional para a Independência Total de Angola - UNITA. Coube, enfim, ao MPLA, dirigido por António Agostinho Neto, a conquista da capital, Luanda, em 11 de novembro de 1975, formalizando assim a independência do país, com o nome de República Popular de Angola. Quase simultaneamente mas, separadamente, as outras duas organizações também declaram a independência em outras regiões do país. Sob o nome de República Popular e Democrática de Angola a FNLA de Holden Roberto faz sua proclamação no Ambriz, cidade e porto litorâneo ao norte de Luanda, enquanto em Huambo, em pleno interior, é a vez de Jonas Savimbi completar a ação libertadora pela UNITA. Agora, não mais se guerreava pela libertação de Angola dos portugueses mas, acirravam-se em todos os recônditos os combates pelo controle político e ideológico do país dos angolanos. Neste texto, os conflitos militares de libertação colonial e as guerras civis serão referidos numa abordagem multitemporal, de modo a facilitar a compreensão das principais fases da guerra e suas correspondentes movimentações

populacionais que a partir dos conflitos passaram a influenciar profundamente a configuração socioespacial do país.

Angola é hoje um dos mais prósperos países da África austral situação que se confirma por uma economia entre as que mais crescem no mundo (Deutsche Welle, 2014). O país atrai hoje profissionais e empresários em escala internacional, particularmente devido sua nova condição de estabilidade política e militar. Possui também grandes jazidas de recursos naturais como o petróleo e diamantes. Na atualidade o principal parceiro comercial do país é a China, presente também nos investimentos que consolidam a maior linha de crédito para Angola (Deutsche Welle, 2014). O crescimento econômico de Angola, despertou o interesse e ambição comercial de outros países, que passaram a vislumbrar em Angola um novo centro de oportunidades. Por outro lado, contudo, ao contrário do que se esperava, este crescimento ainda não reflete um desenvolvimento equalizado no âmbito social, urbano e regional. Paradoxalmente, Angola é ao mesmo tempo um país dos mais precários da atualidade. Para as estruturas sociais, econômicas e de inclusão espacial, aqui entendida segundo os conceitos de Lefebvre, os resultados estão excepcionalmente aquém dos investimentos e dos próprios recursos oriundos das trocas comerciais. Assiste-se cada vez mais, à polarização de Luanda, que passa a se caracterizar como um caso de macrocefalia urbana, marcado pelo acentuando crescimento dos *mussesques*<sup>1</sup> e conflitos socioespaciais na Província de Luanda enquanto, no restante do país, o que se observa é a estagnação tanto de um crescimento que contrabalance os desequilíbrios regionais quanto ao desenvolvimento, em todas as suas complexidades, em seu conjunto. Desta forma, intensifica-se o aumento da dependência em relação à capital, a degradação das infraestruturas urbanas e do quadro social que ainda resta nas demais províncias.

Luanda é hoje o centro das decisões e do poder político, econômico e financeiro. Sua riqueza e infraestrutura urbana contudo contrastam com seu crescimento populacional e suas demandas mais elementares, que aumentam bastante além da sua capacidade de gestão territorial. Neste cenário, os conflitos espaciais e urbanos revelam-se, essencialmente, através da crescente exclusão social e do avanço dos *mussesques* que se fundem com a cidade legalmente consolidada, trazendo para esta, as consequências da desigualdade socioeconômica. Tais conflitos refletem-se também no espaço da mobilidade urbana cujos problemas se acumulam na mesma proporção do crescimento populacional, tema atual e

---

<sup>1</sup> O termo “musseques” é o nome usualmente aplicado às zonas suburbanas, ocupadas pelas populações economicamente desfavoráveis. É aplicado ainda para formas de urbanização improvisada, precária e em permanente expansão, embora o termo tenha origem na geologia das terras arenosas e vermelhas nas periferias de Luanda. (Development Workshop – Angola, 2005).

recorrente no cotidiano urbano de Luanda, por ser considerado um dos principais pontos de estrangulamento do desenvolvimento e da vida urbana em si. Em Luanda, a maneira como é relegado o tratamento da mobilidade urbana se torna um dos principais fatores na produção do espaço e da paisagem urbana. Esta é caracterizada sobretudo pelos transportes coletivos informais, os *candongueiros*<sup>2</sup> e os coletivos formais que somados aos veículos particulares, estabelecem uma dinâmica de fluxos caóticos. Existe necessidade básica de acessibilidade, não suprida em razão da ineficácia das políticas de gestão urbana e dos transportes públicos, além da precariedade e insuficiência da infraestrutura viária, associada à cultura e facilidade de aquisição e uso de veículos individuais. Importa lembrar que Luanda é uma das cidades com a maior, mais cara e moderna frota de automóveis particulares no continente.

Entretanto, as contradições do “modelo” angolano de desenvolvimento não se encerram nos tópicos do caótico espaço urbano e nas variadas disputas de seu território. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, Angola é o país lusófono com o mais elevado índice de mortalidade infantil. Possui ainda um alto grau de pobreza urbana e analfabetismo (Deutsche Welle, 2014). Não obstante os diversos casos de corrupção no governo, amplamente divulgados, o fato é que há 12 anos o país é um verdadeiro canteiro de obras que se reergue das cinzas. É um país jovem, onde “60% da sua população situa-se abaixo dos 20 anos” (Boletim de Estatísticas Sociais, 2009). Tais dados trazem certa esperança, não só pelo potencial de sua população, mas também pela crescente conquista de sua soberania nacional, independência e paz.

Para o presente estudo foram consideradas pesquisas bibliográficas específicas, planos, com destaque para o Plano de Desenvolvimento Nacional de Angola 2013-2017 e relatórios a exemplo do Crescimento da População em Angola, Relatório Econômico Anual de 2009, Programa de Estratégia para o País 2008 além de outras publicações. Também foram realizadas visitas às cidades de Luanda e Huambo nos meses de maio e agosto de 2014 como forma de obtenção de subsídios, observação e consulta a órgãos não governamentais que trabalham com ordenamento do território como a Development Workshop - DW, órgãos da administração pública e ministérios de ambas províncias. Dentre outras fontes devem ser citados vários relatórios de órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas ONU e do Banco Mundial, que contribuíram para a complementação dos dados obtidos nas organizações locais.

---

<sup>2</sup> Candongueiros - ou kandongueiros - Expressão que define o comércio ilegal e outras atividades clandestinas; atualmente, identifica os agentes que operam nos transportes urbanos informais ou artesanais de Luanda.

### **Angola dos portugueses, Angola dos angolanos.**

Antes da chegada dos europeus o território africano tinha uma configuração e organização sociopolítica própria e estruturada, dotada de limites territoriais mais ou menos precisos e delimitada (Oliveira, 1999). Os *Khoisan*, bosquímanos, caçadores, coletores, hotentotes e pastores, foram os grupos humanos mais remotos a ocupar o território angolano, há cerca de 11.000 anos. Mais tarde, os *Cuissi* e seus antepassados habitaram o deserto do Namibe, no sul de Angola há cerca de 3.000 anos. Apesar dos fatos e da antiguidade destas formações sócio-espaciais, em Angola, o primeiro estado conhecido organizado, segundo a estrutura geral da civilização *Bantu*, é o Reino do Kongo, cuja fundação teria tido lugar no século XIII (Oliveira, 1999). Nesta altura, embora alguns destes povos ainda fossem bastante itinerantes, outros já eram sedentários e conheciam bem seus limites territoriais, demarcados pelos elementos da natureza, aspectos culturais e pelo domínio da força política dos chefes destes estados ou reinos.

É neste contexto que as incursões portuguesas acompanhadas das ações missionárias, chegam a Angola, convertendo seu soberano o Rei Ngola, ao cristianismo, tomando o nome de Dom Afonso I. Com este fato, os portugueses começam a ter mais facilidade de negociar e se introduzir no território de Angola, que seria mais tarde dominado. No interior esta dominação só aconteceria bem mais tarde devido à resistência nativa e à topografia do lugar que dificultava sua penetração aos estrangeiros.

Portugal não programara um grande projeto estruturador para Angola, nos modos da cultura açucareira implantada no nordeste brasileiro, segundo um modo de produção específico e integrada a um mercado internacional, conforme estudadas por Gilberto Freire. Ao contrário, nas colônias africanas a política do colonizador mais se assemelhava àquela à qual foi relegado o sudeste brasileiro pesquisado, desta vez, por Buarque de Holanda, que evidencia a retirada ao máximo das possibilidades oferecidas pela natureza da região. Portugal tiraria também expressivo partido comercial do território angolano, rico em recursos naturais como petróleo, diamantes, ouro, chumbo, volfrâmio, ferro, cobre e outros (Sampaio, 2013).

Em 1700 os portugueses dominavam em Angola uma área de 65 mil quilômetros quadrados, com o único objetivo de manter abertas as rotas de escravos - mercadoria dominante do comércio naquela época, os quais eram exportados para Portugal, Brasil, Antilhas e América Central (DW-Angola, 2005). Deste modo vai se dando não só a opressão

dos nativos, mas também a desestruturação na organização familiar e social, impondo um novo modo de ser, totalmente diferente daquele que era peculiar aos nativos. Surgem então as restrições na mobilidade, no uso da terra, na proibição das línguas nativas e a imposição da língua portuguesa como a única língua válida.

Mas, foi apenas no século XIX que se procedeu a partilha do território do continente entre as potências europeias, consolidando o processo de ocupação das colônias portuguesas nas costas da África. Esta partilha foi feita segundo as decisões da Conferência de Berlim, proposta por Portugal e organizada pela Alemanha, que garantia determinada autoridade político-administrativa que ignorava os componentes históricos, limites pré-existentes e mesmo acidentes geográficos, mas, principalmente os aspectos culturais e etnolinguísticos dos povos afetados. Segundo Oliveira, o caráter arbitrário e artificial do traçado territorial europeu constituiu uma ruptura no processo histórico e cultural das sociedades africanas e sobre tudo, a origem da sua desagregação, pois, esta decisão provocou cisão e sedimentação cultural nas bases estruturais da Família, o Clã e a Tribo (Oliveira, 1999).

No caso específico da capital de Angola, o sítio geográfico de uma longa costa marítima banhada pelo Atlântico, somada às condições geomorfológicas favoráveis ao estabelecimento de um porto seria decisivo na escolha do local para fundação, pelos portugueses, da então São Paulo da Assunção de Loanda. Durante o longo período colonial, a cidade iria se consolidar não apenas como capital mas, também, como o maior centro urbano do país. No entanto, a afirmação de Luanda como centro urbano introduzia uma variedade cultural e espacial até então inexistente entre os povos originais de Angola, ainda que incipient - a vida urbana. Com a nova função do espaço e a fundação das cidades, uma clara segregação racial e social passa a se reproduzir por todo território.

Para Portugal, atores fundamentais no processo de produção do espaço urbano de Angola, tanto o planejamento urbano e regional, quanto a criação de infraestruturas importantes como as linhas férreas de Angola, tiveram mais relação com a produção e extração de excedentes do que com políticas de constituição de uma nação voltada à inclusão e integração socioespacial. O que prevaleceu foram os interesses de exploração territorial, de seus recursos naturais e principalmente humanos.

Luanda, fundada em 1576, é uma das mais antigas cidades da África austral, constituiu-se inicialmente em porto comercial, principalmente de escravos. Nos primeiros anos do século XX viu surgir uma primeira divisão social e racial na cidade, opondo a área do

centro conhecido como a “*baixa*”<sup>3</sup>, às ocupações informais e subnormais periféricas, os “*musseques*”. Este fato influenciou profundamente a organização do espaço urbano da capital, com o centro da cidade a tornar-se sinônimo de área oficialmente urbanizada e de população branca (DW-Angola, 2005). Já no interior, foi preciso implantar linhas férreas de modo a suprir a necessidade de cruzar o interior para o encaminhamento dos recursos mineiros (Figueiredo, 2013). Mesmo que exista, como salienta Villaça, uma íntima relação entre as vias regionais de transporte e o crescimento físico das cidades (Villaça, 2001), no caso de Angola é claro que com estas ações estavam implícitos o surgimento de aglomerados urbanos, ainda que não planejados dentro de uma política regional.

Nesta ótica, pode-se afirmar que, a existência das cidades do território Angolano, esteve ligada mais à necessidade de controle, domínio e principalmente à comodidade de seus exploradores do que da criação de um território soberano, unificado em sua própria identidade e planejado dentro de um projeto de nação. Ao contrário, o povo nativo deveria se submeter ao domínio arrogante de seus colonizadores tal como expresso nas últimas palavras do General Norton de Matos, fundador da cidade de Huambo, em 1912, também conhecida como Nova Lisboa, situada no planalto central:

“Queremos assimilar a nós, inteiramente, os habitantes pretos de Angola, de Moçambique e da Guiné; (...) queremos na nação um povo único, composto de descendentes da nossa raça e das raças que estamos assimilando a nós; queremos uma civilização que permita que na mesma região vivam, em paz e harmonia, vida plena, homens de várias raças; queremos uma Nação Una, resultante de completa e perfeita Unidade Nacional” (Matos, apud Figueiredo, 2013, p. 10).

Este posicionamento do então Governador Geral de Angola mostra claramente a intenção e a prepotência de Portugal com um território de tamanha dimensão e densidade populacional, ao ignorar a identidade fundamental deste povo e simplesmente querer assimilá-los a si. A Nação de perfeita unidade nacional a que Norton de Matos se refere, não poderia ser Angola, já que naquele tempo era apenas, administrativamente, considerada província de Portugal. Por outro lado, não se conhece neste momento nenhuma participação política ou administrativa dos angolanos nativos, no poder executivo e decisivo do então Governo de Angola-Colônia.

---

<sup>3</sup> Segundo Carvalho (1989, Apud Dw-Angola, 2005), a Baixa da cidade - significava literalmente a parte baixa da cidade. No caso de Luanda era a parte mais próxima do nível do mar. Era também, uma característica das cidades portuguesas que traziam sempre a nomenclatura de bairros segundo sua geografia (cidade alta, cidade baixa).

Existe um papel importante a ser observado e compreendido no processo do domínio social, de crescimento demográfico e da expansão urbana. Segundo Paul Singer, “estes aspectos implicam sobretudo na expansão da produtividade e a ampliação constante do território; tende a levar a conflitos, guerras, colonizações, escravidões, portanto, rompe com as velhas formas produtivas, rompe com a vida coletiva comunitária; separa o homem de suas formas diretas de produção, separa-o da terra, dos frutos da terra, das formas possíveis de auto sobrevivência (Singer, 2002). A intensificação do fenômeno do êxodo rural tem fundamentos, em abordagens e episódios convincentes sobre a necessidade de alguma forma de proteção que podia ser de ordem militar, espiritual ou de determinada capacidade administrativa sobre o coletivo. Com o passar dos anos esta se torna o campo de diversos conflitos, enquanto tenta-se, por parte do executivo governamental, transformá-la em objeto de planejamento urbano e regional fato que justifica ter havido várias tentativas para se controlar sua vertiginosa expansão urbana (DW-Angola, 2005). Desde 1943 vários “planos pilotos” foram desenvolvidos para Luanda, rapidamente ultrapassados e seguidos de outras versões sem jamais atingir os resultados esperados. Afinal, por fatores então não considerados, fenômenos e conflitos de ordens diversas avançavam com maior rapidez em relação à aplicação destes planos.

Este período de segregação sócio-espacial e cultural iria se prolongar até a independência do país em 1975 quando, após a saída dos portugueses, o povo nativo passa de fato a ocupar a cidade urbanizada (DW-Angola 2005). Aqueles que já se encontravam nas periferias e os atores envolvidos diretamente na luta de libertação foram os primeiros a ocupar as melhores residências e a infraestrutura da cidade. Mais tarde, são os mesmos que irão se consolidar como a elite e classe média alta que passa a dominar os destinos políticos, socioeconômicos e administrativos da capital e conseqüentemente do país. É desta forma que se marca o início da era de Angola dos angolanos.

### **Migrações e reorganização do espaço**

A revolta armada do povo angolano contra os portugueses durou cerca de uma década e meia. Durante este período, foram várias as transformações ocorridas no espaço e no território deste país. As movimentações internas e externas se intensificaram e ouve uma grande influência da situação política e militar dos países vizinhos que, de certa forma, apoiavam a seu critério, os diferentes agrupamentos em conflito.

Em 1975 assiste-se a saída dos Portugueses e a ocupação *de facto* e direito do território pelo povo Angolano nativo oriundo, sobretudo, das periferias e interior do país. Nesta dinâmica, torna-se importante compreender o fator étnico tanto dos povos como dos movimentos de libertação nacional para se analisar os elementos fundamentais dos processos espaciais e históricos tanto das guerras como das diversas migrações ocorridas neste espaço. De acordo com Chaves, os conflitos entre povos nativos e as sequentes migrações no território angolano, como em toda África, sempre existiram e não começaram apenas com os portugueses (Chaves, 2008). Assim, a guerra civil trazia na movimentação forçada a integração de usos e costumes arcaicos a colaborar para a atual conformação regional de Angola. Mais ainda, o conflito militar prolongado gerou, para além das deslocções forçadas, outros efeitos indiretos sobre as características da população. Notifica-se o aumento da desnutrição, da dependência às ajudas humanitárias, a proliferação de várias epidemias, aumento das taxas de mortalidade, de mutilados físicos, viuvez orfandade etc. (Lopes, 2011).

Vários foram os impactos do conflito militar para o país e para Luanda em particular. Dentre estes, consubstancia-se o afluxo em massa de deslocados de guerra para a capital Angolana com consequências bastante visíveis no plano dos assentamentos urbanos, que se foram estendendo ao redor da cidade de forma desordenada (DW, 2005). O quadro 1 apresenta um resumo e as consequências destes acontecimentos entre 1961 e 2013.

Quadro 1- Resumo dos conflitos e seus impactos socioespaciais nos diferentes períodos.

Períodos	Acontecimento	Consequências
1961-1975	Guerras de Libertação contra o colonialismo português e Independência nacional.	- Movimento das populações rurais em direção às periferias das cidades.
1976-1991	Início da Guerra Civil entre os movimentos de libertação. E acordo de paz.	- Ocupação da cidade legal pela população nativa de Angola.
1991-1992	Acordo de paz e realização das 1 <sup>as</sup> eleições multipartidárias.	- Instituição do multipartidarismo, economia de mercado e da democracia.
1993-2002	Novo período da Guerra civil entre os partidos políticos: MPLA e UNITA. Final dos conflitos armados e Acordo de paz definitiva.	- Destruição das cidades e paralisação das principais infraestruturas do país. - Aceleração das migrações das populações em direção á Luanda.
2003-2013	Período de paz reconciliação e reconstrução nacional.	- Aumento do crescimento da população de Luanda. - Expansão da mancha urbana de Luanda. - Aumento dos conflitos e impactos socioespaciais e de infraestrutura.

Fonte: Elaboração do autor.

Segundo o Governo Angolano, se estima em quatro milhões os deslocados de guerra no ano de 2000, sendo 100 mil mutilados, 50 mil crianças órfãs de guerra e 150 mil entre desmobilizados e antigos combatentes. A situação de conflitos gerou, além destes, outros efeitos indiretos como o desenvolvimento de doenças e surtos de epidemias e má nutrição, afetando desta forma características sociais como a dependência à ajuda humanitária por muito tempo, mesmo após o término da guerra (Raposo et al. apud Lopes, 2011). Ainda segundo aquele autor, a intensificação e o aumento dos fluxos, determinaram um crescimento acelerado da população, um significativo acréscimo dos níveis de adensamento populacional e aumento da população ativa excluída de qualquer possibilidade de acesso às ocupações formais. Em síntese, podem-se fixar os principais efeitos da guerra sobre as estruturas produtivas e atividades econômicas, insegurança generalizada para os agentes econômicos, limitações severas e paralisações do sistema de circulação e transporte de pessoas e bens.

Relativamente às migrações, estas surgiram durante a colônia quando os portugueses mandavam para Angola pessoal para apoiar a exploração humana, agrícola e mineira situadas no interior. Entre as décadas de 1940 e 1960, nota-se também uma movimentação dos nativos do interior do planalto central que se deslocavam para a capital com o fim de trabalhar nas atividades portuárias de Luanda e Lobito. Estes nativos dirigiram-se às plantações de café e algodão, então no auge do desenvolvimento industrial e econômico que se verificou entre 1945-1960 (DW-Angola, 2005). Tais atividades desenvolveram-se após e principalmente ao término da sangria do potencial humano nativo para a condição de escravos nas Américas. Após a década de 60 e devido às guerras, chegavam às grandes cidades e principalmente Luanda, cada vez maiores contingentes de nativos, oriundos de aldeias distantes que passavam a se instalar na periferia da capital e nas cidades em geral. Acresce ainda o fato de que, para Angola, entende-se que as altas taxas de fertilidade estão na base do seu crescimento populacional (Lukombo, 2012).

O processo migratório atingiu frontalmente a paisagem urbana daquelas cidades em seu aspecto físico e social. Assim, o espaço urbano até então caracterizado pela população branca, comumente chamada pelos angolanos de “caputo<sup>4</sup>”, passa a incorporar progressivamente a população nativa, ainda que inicialmente sua instalação ocorresse na região periférica. A nova situação, ou seja, a inserção no espaço urbano causava grande impacto nas populações recém-chegadas submetidas às imposições dos colonizadores que

---

<sup>4</sup> Caputo era o nome dado pela população nativa inicialmente às autoridades Portuguesas e mais tarde generalizando-se para todos os colonizadores portugueses. A população nativa que de alguma forma usufruiu de certo privilégio Português, refere-se a era colonial e de domínio Português como “tempo do Caputo”. Um tempo bom e melhor quando comparado ao tempo atual.

obrigavam estas a abdicar de seus costumes, língua e formas de organização política e cultural. É justamente nesta fase que aparece a expressão “preto assimilado”<sup>5</sup>.

Assim, estes e outros acontecimentos posteriores que se sucederam até os dias mais recentes, redesenharam de forma particular o território nacional e alteraram as diversas relações refletidas no espaço urbano de Luanda. Nos últimos 35 anos ocorreram mudanças significativas na paisagem urbana angolana, em resultado do conflito militar prolongado e das transformações políticas e econômicas. As mudanças causadas pelos acontecimentos influenciaram, não apenas na paisagem, mas também na organização do espaço urbano e regional do país. Com os conflitos armados registrados, desde 1961 são introduzidas novas formas de relações, na produção social do espaço urbano e especialmente aquele de Luanda.

## Luanda

Segundo o Instituto Nacional de Estatística de Angola – INEA, Luanda é a capital do país e sua maior cidade, com uma população estimada em 6.542.944 habitantes, dos quais 97,5% urbana (INEA, 2014), com 24.651 km<sup>2</sup> de área na configuração até 2013. Foi, desde sempre a cidade de maior atividade econômica, usufruindo da vantagem de sua localização litorânea. Por este motivo, Luanda ficou marcada pelo crescimento rápido de sua população e conseqüentemente do seu tecido urbano.

Luanda foi palco de violentos conflitos armados entre 1974-1975 e a cidade mais procurada como porto seguro nas últimas guerras civis entre 1993 e 2002. É a cidade com população de maior heterogenia étnica e cultural, embora seja possível identificar alguns grupos étnicos predominantes em determinadas áreas periféricas. Estas características são por vezes notadas na tipologia, material e forma da construção ou, nos modos e estilos de vida.

Este estudo centra-se na antiga configuração de Luanda (figura 1) que, prevaleceu até 2014, como base para análise dos conflitos resultantes do seu processo histórico e por esta se constituir no principal objeto de planejamento regional do país.

---

<sup>5</sup> Assimilação ou a expressão “pretos assimilados” foi uma prática institucionalizada em Angola pelo regime português de Salazar. Segundo Tonet (2013), consistia em transformar o indígena, que adotasse uma postura distinta dos da maioria, como renegar a sua cultura, língua, costumes, alimentação, religião e tradição, em negros, melhor, indígenas psicologicamente lavados, que renegavam a luta pela independência e por via disso, poderiam ascender a certos cargos, na função pública colonial.



da capital. Em uma insuficiente e precária infraestrutura viária, automóveis particulares, coletivos, motocicletas e demais veículos disputam entre si e com os pedestres, um espaço neste território, reduzindo e dificultando cada vez mais os deslocamentos e a acessibilidade, tanto de pedestres ou das viaturas motorizadas (figura 3).

Figura 3 - Conflitos no espaço de circulação e transportes.



Fonte: Arquivos do Autor - Centro de Luanda, Agosto de 2013.

### **Circulação e transportes em Luanda**

O sistema de circulação e transportes desempenhou um papel fundamental na polarização de Luanda e no crescimento das suas cidades e regiões circunvizinhas. Apesar de este sistema ser bastante deficiente, a matriz rodoviária tem sido a base do desenvolvimento das trocas socioespaciais de Angola (Lopes, 2011). Caracteriza-se por uma infraestrutura viária limitada e mal distribuída, apesar dos esforços para melhorias do mesmo.

Em Luanda, existem essencialmente duas modalidades de transporte urbano: rodoviário e ferroviário; apesar de estar em curso o ensaio de uma terceira modalidade, marítima. O transporte rodoviário se apoia essencialmente nas minivans apelidadas de candogueiros que, fazem o transporte público diário. Durante as últimas três décadas estes, desempenharam um papel estrutural no transporte de passageiros na capital angolana. Flexíveis, tornaram-se a mais eficiente alternativa de transporte urbano de massa. O aumento da unidade urbana, de suas complexas relações socioespaciais exigiu uma resposta do setor dos transportes que, foi, em alguma medida, suprida por este tipo de transporte informal. Segundo Manuel Castells, quanto mais aumenta a dimensão e a complexidade de uma unidade urbana, mais as relações internas tomam importância (Castells, 1983). Para Luanda, estas relações internas não se realizariam na mesma dimensão, não fosse pelos transportes informais, principais instrumentos na mobilidade e acessibilidade da cidade e das trocas de relações entre os musseques e a cidade legal.

Os insuficientes transportes públicos dos autocarros, ônibus oferecidos pelo estado, não conseguem suprir a necessidade mínima da demanda de Luanda. Por último, uma grande frota de veículos individuais de pequena parcela da população geralmente contemplada por mais de uma viatura por pessoa. O sistema ferroviário faz o transporte das grandes massas das regiões interiores para as periferias mais distantes do centro de Luanda. O transporte marítimo, nova modalidade, está em estudo para apoiar o trânsito urbano pela costa. Em conjunto, estes modos de transporte colaboram como um dos principais agentes estruturadores do espaço de circulação e são também, os principais responsáveis pela sua degradação e conflitos onde o pedestre perde progressivamente espaço nesta disputa desleal, contribuindo para sua exclusão ao direito à cidade.

### Luanda, da cidade aos musseques

A paisagem urbana de Luanda está marcada por uma profunda segregação espacial refletida na qualidade de vida e nas oportunidades socioeconômicas da população. A elite ocupa as regiões centrais enquanto as classes desfavorecidas deslocam-se para periferias cada vez mais distantes e desprovidas de infraestrutura (figura 4). Neste caso, a segregação assume padrões e dimensões espaciais típica das cidades pré-capitalistas (Corrêa 1995)<sup>6</sup>.

Figura 4 - Situação das periferias de Luanda



Fonte: Google Earth, 2012 e Deutsche Welle, 2012

<sup>6</sup> Para Corrêa, a lógica deste padrão residia no fato de que, na metade do século XIX, assim como anteriormente à mobilidade intraurbana era muito limitada e a localização junto ao centro da cidade constituía uma necessidade para a elite porque ali se localizam as mais importantes instituições urbanas. Ex.: cidades africanas.

Figura 5 - Novo padrão de ocupação do centro na cidade de Luanda



Fonte: arquivos do Autor - Centro de Luanda, Agosto de 2013.

Esta forma de produção social, caracterizada pela reprodução da segregação espacial típica dos planos urbanos anteriores, tem causado mudanças no tecido e paisagem da capital como alterações da malha urbana, aumento da pobreza urbana e conurbação. Luanda é uma capital de extremos. É comum verificar-se determinados espaços habitados pela camada de alta renda ao mesmo tempo circundados de musseques. Os extremos são caracterizados, por extratos de rendimento muito alto e outros muito baixos. Ainda que nos últimos anos se verifique a ascensão de uma tímida classe média. Os mais favorecidos representam uma minoria, enquanto os mais pobres constituem a maioria da população. Dado seu crescimento, muitos desses estão em situação de extrema pobreza (Gameiro apud Bettencourt, 2011). Os níveis de pobreza das áreas periurbanas estudadas de Luanda considera 42% de necessitados e 37% de muito pobres (quadro 2).

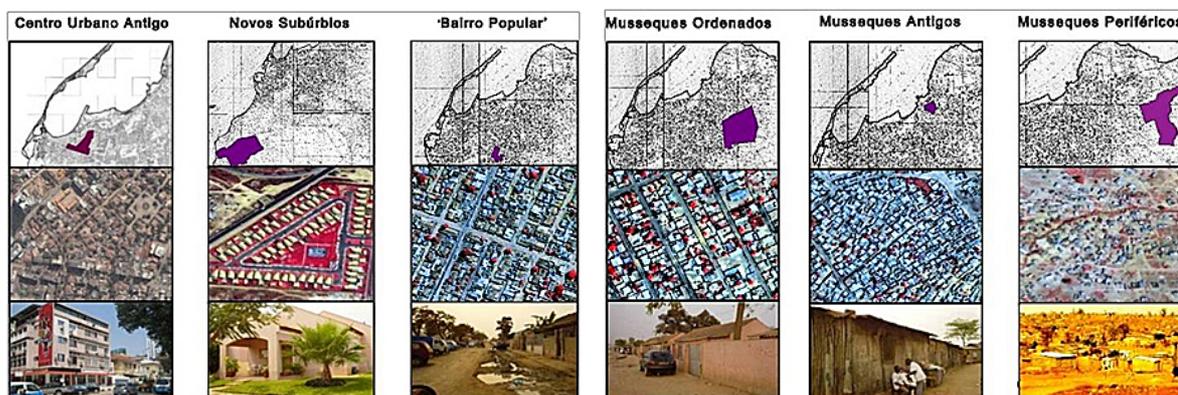
Quadro 2- Padrões de assentamento informal e de pobreza urbana

Tipologia de assentamentos	Características
<i>Bairros populares</i>	Construídos no fim da era colonial (anos 60 e 70) pelo Estado, ou por companhias públicas como os caminhos de ferro.
<i>Musseques antigos</i>	São referentes ao crescimento por vezes de forma espontânea, dos assentamentos da população negra de Luanda em paralelo à cidade colonial.
<i>Musseques ordenados</i>	Surgiram nas regiões adjacentes aos bairros planejados da cidade de cimento, respeitando o alinhamento das ruas e serviços. O que não prevaleceu após a era colonial, por terem sido rapidamente ocupados devido a falta de capacidade do Estado de manter este padrão.
<i>Musseques em transição</i>	Encontram-se próximos dos principais serviços urbanos. Verificou-se nestes uma rápida densificação e acabaram crescendo verticalmente, valorizando suas terras causando uma gentrificação através do aburguesamento deste espaço.
<i>Musseques periféricos</i>	São as terras baratas localizadas nas regiões periféricas da cidade habitadas principalmente pelas populações oriundas do interior das províncias devido ao processo migratório causado pela guerra civil.
<i>Condomínios</i>	São assentamentos localizados principalmente na zona sul de Luanda, com padrões elevados de serviços e construídos por companhias internacionais de construção, com capital nacional e estrangeiro.

Fonte: Development Workshop -2005. Elaborado pelo Autor.

O caráter dos assentamentos informais e da pobreza urbana de Luanda apresentam padrões muito complexos e requerem um estudo muito mais aprofundado.

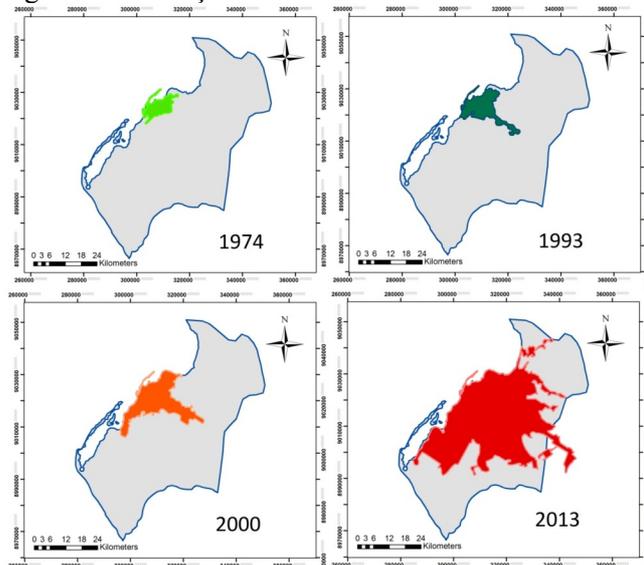
Figura 6 - Tipologia dos assentamentos



Fonte: Development Workshop (2010) e Ministério do Urbanismo e Habitação de Angola.

A figura (6) representa a tipologia de assentamentos nas áreas periurbanas de Luanda, baseadas em características como zona de origem dos residentes, período principal de afluxo ao assentamento, principais formas de acesso á terra, senso de segurança, expectativa de conflitos de terra, entre outros (DW, 2005). Luanda corresponde hoje a quase 30% da população total do país. De acordo com Lukombo (2012), em 1960 representava apenas 4,7% da população total do país, mas, passou a representar 12 % em 1983 e 23,6% em 2000, estimando-se que fosse de 27 % em 2005. Já o censo de 2014 estimou 27% na nova configuração, cerca de 6,5 milhões de habitantes, dos quais 97,5% na área urbana. A figura (7) demonstra a evolução da mancha urbana como resultado deste crescimento.

Figura 7 - Evolução da mancha urbana



Fonte: www.mapmakerdata.co.uk. Elaborado pelo Autor.

## Conclusão

A sequência de fatos que permearam a história de Angola repercutiu principalmente no espaço urbano de Luanda, e causou um grande desequilíbrio regional no país, motivado principalmente pelo fator guerra. De acordo com os estudos realizados, conclui-se que, o modelo de gestão político-espacial, aplicado pela nova elite, formada por uma minoria de nativos enriquecidos neste processo, acabou por se constituir no principal agente da nova configuração territorial. Do outro lado, observa-se o aumento do contingente de população pobre, oriundas do interior do país que, por falta de opção assentou-se nas regiões urbanas periféricas, onde continuam a crescer e a ocupar novos espaços. O desafio que enfrenta o povo angolano, não se resume, portanto, apenas á inclusão socioespacial no processo de seu desenvolvimento. A construção de um novo país está apenas no seu ponto embrionário que deve ser acompanhado com maior participação social e democrática no processo de estruturação territorial e no uso e ocupação do espaço urbano para uma Angola mais justa.

## Referências bibliográficas

Castells, M. 2000. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra.

Chaves, M. J. O. 2008. *Papel reconciliador da Igreja no pós-guerra civil em Angola*, Goiania, Transcultural.

Corrêa, R. Lobato. 2000. *Região e Organização Espacial*. São Paulo, Ática.

Club - K 2013. Informação e notícias, Club-K, Lisboa, [Em linha] . Disponível em: <http://www.club-k.net/william-tonet>, [Consult. 20 outubro 2014].

Desenvolvimento M. do P. 2012. Plano Nacional de desenvolvimento 2013-2017. *Material Institucional*, 101-4.

Development Workshop, 2005. *Terra: reforma sobre a terra urbana em Angola no periodo pós-guerra*. Pesquisa, advocacia e políticas de desenvolvimento. Luanda, Development Workshop.

Europeia C. 2008. *República de Angola: Documento de estratégia para o País e programa Indicativo Nacional*, *Material Institucional*, 101 - 4.

Fascina. T. 2013. *China, Angola, petróleo, África, li keqiang*. Luanda, Deutsche Welle. Disponível em: <http://dw.de/p/1BvN4> [10 dezembro 2013].

Figueiredo, X. 2014. *Crônicas da fundação: Huambo Nova Lisboa. Uma cidade criada em condições inéditas, em tempos de mudança*. Lisboa, Monitorius.

Henderson, L W. 1990. *A Igreja em Angola: Um rio com várias correntes*, Lisboa, Além-Mar.

Instituto Nacional de Estatística, 2010. *Boletim de Estatísticas Sociais*, Luanda, INE.

Instituto Nacional de Estatística, 2014. *Censo - resultados preliminares, recenseamento geral da população e habitação - 2014*, Luanda, INE.

Lopes, C. M. 2011. *Candongueiros e Kupapatas: Acumulação, risco e sobrevivência na economia informal em Angola*. Cascais, Príncipeia.

Lukombo, J. B. N. 2007. *Crescimento da População em Angola: Um olhar sobre a situação e dinâmica populacional da cidade de Luanda*, Artigo 3º, 67 - 7.

Map Maker. M. 2013. Map Maker Ltd, The Pier, Carradale, Kintyre, PA28 6SQ, UK, [Em linha]. Disponível em: [www.mapmaker.com](http://www.mapmaker.com), [Consult. 20 outubro 2014].

Oliveira, J. D. M. de. 1999. *Aspectos da delimitação das fronteiras de Angola*, Coimbra, Coimbra

Sampaio. M. 2014. *Cronologia 1415-1961: Da conquista de Ceuta ao início da luta armada contra a colonização*. [Em linha] Luanda, Deutsche Welle, Disponível em: <http://dw.de/p/1DEp8> [Consult. 13 outubro 2014].

Sampaio. M. 2014. *Mortalidade infantil*. UNICEF. [Em linha] Disponível em: <http://dw.de/p/1DEp8> [Consult. 17 outubro 2014].

Singer, P. 2002. *Economia política da urbanização*. São Paulo, Contexto.

Villaça, F. 1998. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel.